

## 16 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC

No ano de 2003, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC teve como prioridade ações visando promover o desenvolvimento sustentável, a competitividade empresarial, a expansão do comércio exterior, o aumento de empresas no setor produtivo, em especial das micro, pequenas e médias empresas e artesanato, com vistas à geração de oportunidades de emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais. Dessa maneira, a estratégia do MDIC compreendeu um conjunto de Programas e Ações orientadas pelas seguintes Diretrizes Básicas:

- a) Aumento das Exportações: mediante o incentivo à agregação de valor à pauta de exportações, a redução dos encargos tributários, a eliminação dos entraves burocráticos, a modernização do Sistema Integrado de Informações e Operações para o Comércio Exterior – SISCOMEX, e a ampliação do acesso a informações de comércio exterior;
- b) Promoção e Defesa Comercial: criação e implantação da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – APEX-Brasil, além do fortalecimento da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, com vistas a promover uma agressiva política de promoção comercial, para obter um significativo incremento das exportações, juntamente com o reforço da capacidade de defesa de interesses brasileiros junto aos organismos internacionais e a intensificação das negociações de Acordos Internacionais de Comércio com Países e Blocos Econômicos;
- c) Aumento da Competitividade das Cadeias Produtivas: debate coordenado pelo MDIC e pela Câmara de Política Econômica – CPE, para definição da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, juntamente com a continuação e aprofundamento dos trabalhos conduzidos no âmbito dos Fóruns de Competitividade, tanto os já instalados até 2002 quanto os novos, em especial os de Cadeias Produtivas no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, com foco no aproveitamento das oportunidades e no enfrentamento dos desafios apresentados pela abertura comercial e a formação de blocos econômicos regionais;
- d) Fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPE: ampliação do acesso das MPE ao crédito, mediante a introdução de novos canais de distribuição, produtos e procedimentos, reforçando a sua contribuição para geração de empregos e o esforço exportador.
- e) Propriedade Intelectual, Barreiras Técnicas e Certificação: ampliação da capacidade de inovação tecnológica nacional, aperfeiçoamento da política de propriedade intelectual e de programas de certificação da qualidade e da obediência a padrões ambientais, tendo em vista a importância desses instrumentos para o aumento das exportações e a inserção competitiva do país na economia global;
- f) Fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus – PIM: por intermédio de um conjunto de iniciativas voltadas para ampliar as exportações da Zona Franca de Manaus, promover o aproveitamento econômico em bases sustentáveis da biodiversidade regional, estimular o desenvolvimento tecnológico e a produção local de componentes, e aumentar a densidade industrial da região mediante a aprovação de novos projetos.

Consistente com as diretrizes estratégicas do Ministério foram alcançados resultados inéditos para o País, dos quais podem ser salientados os seguintes:

I) As exportações e o saldo positivo da balança comercial atingiram montantes recordes. Com efeito, o esforço exportador alcançou o resultado de US\$ 73,1 bilhões, face a US\$ 60,3 bilhões em 2002, representando um crescimento de 21,1 % e o superávit comercial atingiu US\$ 24,8 bilhões, frente a US\$ 13,1 bilhões em 2002, com elevação de 89,3 % em relação a 2002;

II) O trabalho de promoção comercial desenvolvido pelo Ministério com o suporte da APEX-Brasil, criada e implantada em 2003, resultou no fechamento de negócios no valor de US\$ 400 milhões, por meio de 8.196 pequenas e médias empresas em todo o Brasil, estimando-se só para essa iniciativa, a geração de 112.000 novos postos de trabalho. No âmbito da CAMEX, foi dado início à implementação das medidas de apoio ao financiamento e garantia das exportações brasileiras anunciadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no 23º Encontro Nacional de Comércio Exterior – ENAEX;

III) Foram instalados oito novos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas (Siderurgia, Farmacêutica, Indústria Aeroespacial, Automotiva, Bens de Capital, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Indústria Agroquímica e Defensivos Agrícolas e o de Madeira e Móveis, este último no âmbito do Mercosul), em complemento aos 6 já instalados (Couro e Calçados, Têxtil e Confecções, Construção Civil, Plástico, Complexo

Eletrônico e Madeira e Móveis). Os trabalhos dos Fóruns de Competitividade têm reflexos relevantes na modernização da indústria nacional, especialmente no esforço exportador, de inovação tecnológica e de geração de empregos e renda. Além da conclusão e lançamento do Documento Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior para discussão com a Sociedade.

IV) O Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que foi relançado, em junho de 2003, atua como espaço de debate de temas relevantes para esses segmentos e para a conjugação de esforços dos órgãos governamentais e da iniciativa privada. O desembolso das Agências Oficiais de Crédito para esse segmento apresentou expressiva expansão, sendo que as aplicações do BNDES no apoio às MPE atingiu R\$ 10.023 milhões, com crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Também, foi apoiada a instalação de 15 barracões industriais, com recursos do Tesouro Nacional, em todo o País e iniciada a implantação dos Telecentros de Informação e Negócios – TIN, destinados a promover a inclusão digital das MPE;

V) Os Programas de Certificação de Qualidade foram ampliados, tais como, o Programa Integrado de Frutas – PIF, Programa de Gás Natural Veicular – GNV, Programa de Certificação de Sistemas de Gestão Florestal – CERFLOR, Programa de Avaliação da Conformidade de Cestas de Alimentos, além da consolidação da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ e trabalhada a adequação da legislação penal, com tipificação de novos crimes e aumento das penas, com vistas a combater a pirataria nas áreas de propriedade industrial, marcas, patentes e indicações geográficas, direitos do autor e software;

VI) As exportações do Pólo Industrial de Manaus – PIM alcançaram US\$ 1.224 milhões, o que representa um incremento de 19,42% sobre o ano anterior e o faturamento das indústrias do PIM expandiu-se em 15,64% sobre 2002, com expressivo impacto sobre a geração de emprego e renda.

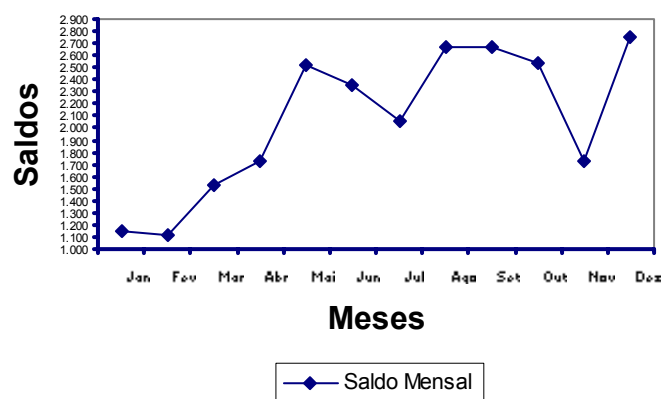
Dessa forma, em 2003, as Ações do MDIC convergiram no sentido de promover o crescimento econômico com inclusão social, por meio da redução da vulnerabilidade externa, do aumento da competitividade da produção nacional e da modernização da economia, por intermédio, principalmente, das Ações dos Programas *Desenvolvimento do Setor Exportador, Cultura Exportadora, Defesa Comercial, Financiamento às Exportações, Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Comércio Eletrônico, Pólo Industrial de Manaus, Brasil Classe Mundial, Design Brasil, Metrologia e Qualidade Industrial, Propriedade Intelectual e Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços.*

## **Comércio Exterior**

Em 2003, as exportações brasileiras atingiram a cifra recorde de US\$ 73,1 bilhões, o que representou um crescimento de 21,1% em relação a 2002. O desempenho do setor exportador foi fundamental para impulsionar a atividade produtiva do País, contribuindo também para a geração de emprego e renda. A expansão das exportações, em 2003, é decorrente do aumento da competitividade do produto brasileiro e da diversificação de mercados compradores, sobretudo para regiões não tradicionais, sendo resultante, principalmente, dos Programas *Desenvolvimento do Setor Exportador, Cultura Exportadora e Defesa Comercial*, gerenciados pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX/MDIC e *Financiamento às Exportações*, sob responsabilidade do BNDES/MDIC.

A união desses programas contribuiu para a performance das exportações no ano de 2003, conforme o Quadro Demonstrativo a seguir, que comparada com a expectativa de crescimento do comércio mundial que era de apenas 2,9%, se tornou mais significativa. No período, o superávit comercial, de US\$ 24,8 bilhões, foi igualmente recorde, tornando-se elemento essencial para diminuir a vulnerabilidade externa e a melhoria do balanço de pagamentos brasileiro.

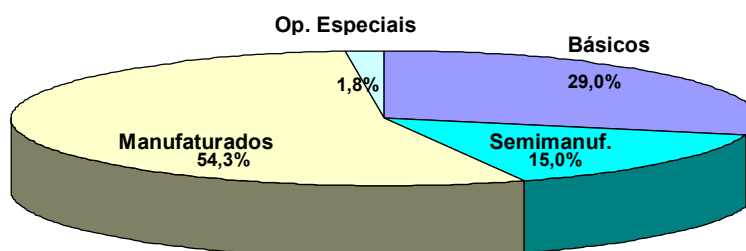
**Saldos Mensais da Balança Comercial  
Brasileira 2003 - US\$ milhões FOB**



Fonte: SECEX/MDIC

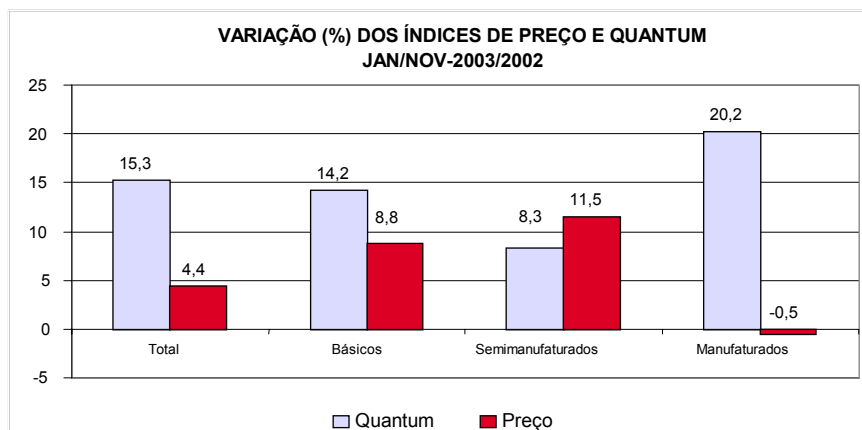
Cabe destacar que as exportações de manufaturados, conforme demonstrado no gráfico seguinte, foi de 54,3% do total das vendas externas brasileiras, representando um incremento de 20% em relação a 2002.

**Janeiro/Dezembro - 2003**



Fonte: SECEX/MDIC

Um outro fator relevante no desempenho do setor exportador foi o fato de que a ampliação das vendas externas em 2003 deveu-se basicamente ao aumento das quantidades exportadas, ou seja, de abertura de novos negócios e mercados, uma vez que o índice de preços se mantiveram estáveis conforme demonstração a seguir.



Fonte: SECEX/MDIC

Ademais, a fim de fortalecer as vendas externas de bens e serviços brasileiros, houve a criação e implantação da Agência de Promoção de Exportações - APEX-Brasil, em substituição à Agência de Promoção de Exportações – APEX, então vinculada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. A criação foi autorizada pela Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, e a implantação foi efetuada nos termos do Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro do mesmo ano. Com a autonomia conferida à nova entidade, a APEX-Brasil atendeu maior número de empresas e projetos de exportação, ampliou o acesso a outros mercados para empresas brasileiras, que teriam dificuldade em exportar, tendo como resultado o fechamento de negócios no valor de US\$ 400 milhões, por meio de 8.196 pequenas e médias empresas em todo o Brasil, estimando-se, só para essa iniciativa, a geração de 112.000 novos postos de trabalho.

O Programa *Desenvolvimento Do Setor Exportador* atua com ênfase em medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e o acesso do empresário a informações que facilitem sua inserção internacional de forma competitiva, com vistas à expansão e à diversificação das exportações do País e à incorporação de novos produtos, mercados e empresas exportadoras. Estima-se que as ações do Programa contribuíram para que o País ultrapassasse o limite de 1% de participação nas exportações mundiais, saltando, em dezembro, para o novo patamar de 1,5%. Dentre as diversas medidas adotadas, cabe salientar: a consolidação e simplificação de diversos normativos que regem as exportações e importações brasileiras, o aprimoramento constante do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, com destaque para o módulo *Drawback*, mecanismo viabilizador de exportações, e o acesso ampliado a inúmeras informações de comércio exterior, por meio da internet.

A edição de diversas Portarias SECEX que consolidaram os vários atos normativos reguladores do processo de execução dos serviços de comércio exterior deram maior competitividade ao produto brasileiro no mercado internacional. A Portaria SECEX/MDIC nº 12, de 03 de setembro de 2003, intitulada Portaria Consolidada de Exportação, proporcionou a simplificação e a desburocratização das normas e procedimentos operacionais das exportações brasileiras ao substituir os 83 atos de comércio exterior, sendo consolidados 54 atos normativos da SECEX em um único documento e revogadas 29 Portarias. Além de simplificar as normas administrativas da exportação brasileira, esta Portaria resultou no fim da anuência prévia para 200 produtos antes controlados por diferentes órgãos governamentais; na ampliação dos produtos passíveis de serem exportados em consignação; na eliminação de registro prévio de venda para alumínio, café solúvel e cacau; na possibilidade de preenchimento de um único Registro de Exportação para exportações de produtos com o mesmo código tarifário, independentemente de seu preço unitário. A medida trouxe benefícios aos exportadores brasileiros e compradores estrangeiros, sobretudo os de pequeno e médio porte.

Com a publicação da Portaria SECEX nº 17, de 1º de dezembro de 2003, teve início o projeto de desburocratização das importações, que simplificou os procedimentos administrativos das importações brasileiras, consolidando em um único diploma legal 87 atos normativos de comércio exterior referentes a outros procedimentos operacionais de importação, abrangendo 30 Portarias SECEX, 4 Portarias DECEX e 53 Comunicados DECEX. Ficou mais fácil importar bens de capital (máquinas e equipamentos) com alíquota reduzida amparadas por ex-tarifários. As importações do gênero, que proporcionam melhoria do parque industrial brasileiro e, portanto, maior competitividade do produto brasileiro no mercado internacional, ficaram dispensadas de licenças não automáticas de importação, bastando ao importador dirigir-se à alfândega brasileira para realizar o despacho aduaneiro da mercadoria. A medida beneficiou 1.600 bens de capital.

Outra medida de simplificação foi a implantação do denominado SISCOMEX Web, que facilitou o acesso ao sistema de Registros de Exportação (RE), sobretudo às pequenas e médias empresas.

Além disso, o funcionamento do SISCOMEX foi aprimorado de modo a garantir ambiente cada vez mais compatível e adequado ao crescente interesse das empresas brasileiras em participar da atividade exportadora. Destaca-se principalmente o Módulo *Drawback* Eletrônico que passou a ser acessado via Internet, por meio de aplicação *web* e incorporou, em 2003, o módulo de baixa de operações cursadas ao amparo do Regime Aduaneiro Especial de *Drawback*, viabilizando inúmeras operações de exportação. Em 2003, o número de operações registradas nesse Módulo alcançou 6.882, das quais 5.516 foram aprovadas e 962 baixadas, abrangendo 1.730 empresas e um valor total comprovado de US\$ 829,9 milhões, equivalentes a um crescimento de 14% em relação ao ano de 2002.

O Portal do Exportador ([www.portaldoexportador.gov.br](http://www.portaldoexportador.gov.br)), importante instrumento de apoio ao exportador, objetiva agrupar em um único endereço na Internet os mais diversos assuntos relacionadas a comércio exterior. São mais de 500 *links* com páginas do Brasil e do exterior, oferecendo uma grande diversidade de informações. De seu lançamento em 28 de novembro de 2001 até 31 de dezembro de 2003, o Portal recebeu 646.874

visitas e 6.126 e-mail's originários de 86 países mediante o Sistema Fala o Exportador, que objetiva atender, principalmente, as pequenas e médias empresas, para dirimir dúvidas e questionamentos da comunidade que opera em comércio exterior ou pretende se iniciar na exportação. Outro serviço prestado pelo Portal é o *Canal Universitário*, ferramenta de consulta e prestação de serviços para alunos e professores, fornecendo informações relevantes do mercado internacional, oportunidade de estágios e empregos, consulta aos principais concursos públicos, bolsas, eventos e cursos voltados para formação e capacitação na área de comércio exterior. Já o Sistema *Vitrine do Exportador* conta com 25.415 empresas em sua base de dados e recebeu uma média de 150 visitas diárias em seu site.

O Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior – ALICE, totalmente acessível via internet, no endereço [www.aliceweb.mdic.gov.br](http://www.aliceweb.mdic.gov.br), já tem cadastrado, mais de 37.000 usuários oriundos de 77 países e recebeu mais de 300.000 consultas em 2003, constituindo instrumento fundamental de apoio à tomada de decisões dos setores envolvidos em comércio exterior no Brasil e no exterior, possibilitando o estudo dos mercados fornecedores e consumidores de produtos brasileiros.

A fim de difundir as informações de comércio exterior e ampliar a capacitação dos agentes promotores das exportações brasileiras, o Programa *Cultura Exportadora* alcançou resultados expressivos, o que proporcionou aos empresários de todas as regiões do Brasil conhecerem as vantagens da atividade exportadora.

Dentre as ações de maior relevância, destaca-se a *Promoção de Encontros de Comércio Exterior* – ENCOMEX, na qual cerca de 9.962 profissionais tiveram contato com informações sobre comércio exterior e puderam conhecer atividades desenvolvidas pelo Governo Federal e por várias entidades parceiras. Em 2003 superando a meta de 12, foram realizados 15 Encontros, em todos os Estados do Brasil e mais recentemente nas cidades do interior do País que tem mais dificuldade de acesso à informação, em parceria com a APEX-Brasil, SEBRAE, Governos Estaduais e Municipais e Entidades representativas de Empresários e Trabalhadores.

Após a realização de cada ENCOMEX, buscando maximizar os resultados desses Encontros, são iniciados os trabalhos do Projeto *Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior* - REDEAGENTES, que em 2003 capacitou cerca de 2.000 profissionais com o objetivo de participar do comércio internacional. O REDEAGENTES, acessível, via Internet, no site [www.redeagentes.gov.br](http://www.redeagentes.gov.br), foi desenvolvido pelo MDIC em parceria com a APEX-Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, sendo, em 2003, colocado entre as 15 melhores experiências premiadas como boas práticas pelo 8º Concurso na Gestão Pública Federal, promovido pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, juntamente com o Instituto Hélio Beltrão.

Foram confeccionados e distribuídos 115.000 exemplares de Material Técnico para Orientação ao Exportador, com destaque para o software “Aprendendo a Exportar”.

Na esfera internacional, foram intensificadas negociações de acordos comerciais, envolvendo a União Europeia, África do Sul e Índia, destacando-se a assinatura de acordos de livre comércio entre o Mercosul e Peru e Mercosul e demais países da Comunidade Andina.

No Mercosul, foram promovidas diversas rodadas de encontros bilaterais entre Vice-Ministros de Comércio, em especial com a Argentina, proporcionando a solução de temas comerciais há muito pendentes. No âmbito das negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Brasil assumiu papel de liderança destacada para a defesa do equilíbrio destas negociações para que as mesmas sejam direcionadas para tratar de temas de real interesse comercial para o nosso país.

O Desenvolvimento do Sistema Radar Comercial pela SECEX/MDIC visa oferecer aos órgãos do Governo e aos agentes econômicos ligados ao comércio internacional importante ferramenta de inteligência comercial que poderá, em muito, contribuir para melhor orientar o direcionamento das ações de promoção comercial e dos investimentos voltados para exportação.

O Programa *Defesa Comercial* tem por objetivo defender a indústria doméstica de práticas predatórias de comércio realizadas por terceiros países, sendo uma garantia para o aperfeiçoamento do processo de abertura comercial. Ao afastar o dano causado pelas práticas desleais de comércio, a defesa comercial permite a absorção apenas dos benefícios da abertura, proporcionando à indústria doméstica o ambiente propício para o seu aprimoramento e para a sua modernização.

A divulgação, em setembro de 2003, da Nova Estratégia do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial, foi uma resposta aos usuários do sistema que pleiteavam medidas que aumentassem a eficácia dos instrumentos de defesa comercial. Dessa forma, os procedimentos para a abertura e conclusão de investigações contra práticas desleais de comércio tornaram-se mais ágeis e está em curso uma série de ações com o objetivo de melhor salvaguardar os interesses da indústria nacional. A utilização dos mecanismos de defesa comercial é uma das ferramentas para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, seja por meio da manutenção e crescimento dos empregos existentes na indústria doméstica, seja pelo apoio que indiretamente dá às vendas externas.

Foram elaborados 25 estudos para subsidiar a participação brasileira nos Foros Internacionais de Defesa Comercial, superando a meta estabelecida de 19, tendo em vista a necessidade de participar das discussões efetuadas em foros internacionais, com propostas de aprimoramento das regras emanadas da Organização Mundial do Comércio – OMC, e o objetivo de restringir a discricionariedade das autoridades investigadoras das práticas comerciais. Os Estudos têm como propósito estabelecer critérios transparentes e a formulação da posição brasileira sobre defesa comercial no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Foram realizados 20 eventos de divulgação dos instrumentos de defesa comercial face a 4 previstos, o que demonstra o esforço do MDIC e sua receptividade junto ao setor produtivo e aos profissionais de comércio exterior. Tal resultado relacionou-se com a discussão, elaboração e divulgação da Nova Estratégia do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial.

No âmbito do Programa *Defesa Comercial* foi efetuado o acompanhamento das negociações em foros nacionais e internacionais relativas às questões de comércio eletrônico, em especial no Acordo Mercosul-União Européia, no SGT-13 - Subgrupo de Trabalho de comércio eletrônico do Mercosul e reinstalação do Comitê Executivo do Comércio Eletrônico.

Dignos de serem salientados são os trabalhos de implantação do *Sistema de Identificação e Divulgação de Barreiras Técnicas - Sisbatec*, que tem o objetivo de formar um banco de dados com informações sobre as barreiras técnicas que estejam inibindo ou onerando as exportações brasileiras.

No que concerne ao Programa *Financiamento às Exportações*, executado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foram aplicados R\$ 11,9 bilhões, com uma contribuição importante ao setor industrial. Este Programa está organizado nas *Ações Financiamento a Pequenas e Médias Empresas para Exportação*, *Financiamento de Longo Prazo às Exportações* e *Financiamento e Equalização de Juros para Promoção das Exportações* – PROEX – Lei nº 10.184/2001.

Cabe salientar no âmbito da Câmara de Comércio Exterior a deliberação sobre *Medidas de Apoio ao Financiamento e Garantia das Exportações Brasileiras*, anunciadas no Encontro Nacional de Comércio Exterior – ENAEX 2003.

Tais Medidas consistem em:

I) Criação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, que unifica as competências do Comitê de Crédito à Exportação (CCEX) e do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação. O novo comitê terá a responsabilidade de examinar e enquadrar as operações, conjuntamente, no PROEX-financiamento, PROEX-equalização e no Seguro de Crédito, conforme diretrizes traçadas pela Câmara de Comércio Exterior - CAMEX; a Medida Provisória nº 143, de 10 de dezembro de 2003, tratou do assunto, extinguindo o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE e alterando dispositivos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999;

II) Criação do Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas – PROPEX, pelo qual o Tesouro Nacional vai viabilizar linhas de financiamentos para a produção exportável das pequenas e médias empresas;

III) Revisão da Resolução Camex nº 33 - Nessa revisão, o governo entendeu que é necessário reabrir o PROEX para o financiamento de grandes empresas nas operações de co-financiamento da *Corporación Andina de Fomento - CAF*. Além disso, sempre que houver acordos governamentais relativos à execução de obras que não possam ser viabilizados pelo BNDES, a CAMEX irá examinar, caso a caso, a oferta de financiamentos do PROEX.

IV) Inclusão dos organismos financeiros internacionais no PROEX-Equalização. A partir de 2003, a empresa brasileira poderá participar do projeto oferecendo equalização do Proex, ou seja, reduzir o custo financeiro para o

importador. Com isso, a sua proposta poderá ficar mais competitiva em relação aos concorrentes dos países desenvolvidos.

V) Revisão do Seguro de Crédito nas operações feitas por meio do CCR – (Convênio de Crédito Recíproco). Ficou estabelecido que todas as exportações financiadas pelo PROEX ou BNDES garantidas pelo CCR serão classificadas, para efeito de seguro de crédito, como operações do grupo de risco 1, mais baixo. Com a medida, pretende-se reduzir a cumulatividade de custos de garantia que estava prejudicando as exportações brasileiras para os países da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, já que o seguro era feito levando-se em conta a classificação original dos países onde seria dado o empréstimo, dentro dos grupos de risco de 1 a 7;

VI) Revogação das limitações ao uso do CCR nas importações brasileiras. As medidas têm o objetivo de possibilitar a plena operacionalização do CCR, com a suspensão de restrições de valores e prazos e a minimização dos riscos para o Banco Central. Até então, o CCR estava restrito a financiamentos até US\$ 200 mil para a Argentina e US\$ 100 mil para os demais países, com exigência de depósito prévio e por prazo de apenas 360 dias. Assim, o seu uso ficava praticamente inviável. O CCR é o mecanismo mais importante para viabilizar a expansão do comércio intra-regional e permitir a participação das empresas brasileiras nos projetos IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Sul-Americana. Foi editada a Medida Provisória nº 142, de 2 de dezembro de 2003, que dispõe que os créditos do Banco Central do Brasil contra instituição financeira credenciada a operar no CCR não serão alcançados pela decretação de intervenção na instituição financeira credenciada, declaração de sua liquidação extrajudicial ou falência. Além disso, foi editada a Circular BACEN nº 3.211, de 4 de dezembro de 2003, que elimina a exigência de recolhimento antecipado ao Banco Central do valor referente a instrumento de pagamento relativo à importação cursada sob o CCR.

### **Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas**

O Programa *Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas* tem o objetivo de fortalecer este segmento empresarial por meio de instrumentos de financiamento, aval, crédito, infra-estrutura, capacitação e assessoramento, com vistas à capacitação para formalização e redução da taxa de mortalidade das empresas nos primeiros anos de existência. A concepção do programa fundamenta-se em um estudo realizado pelo SEBRAE, em 1998, em 13 Estados da Federação, que apontava alto índice de mortalidade das empresas nos primeiros anos de existência. Só no primeiro ano, este índice atingia 39%. Em 2002, o segmento das micro, pequenas e médias empresas chegou a representar 98% das empresas brasileiras. As empresas com até 99 empregados (micro e pequenas empresas) representam cerca de 52,8% da força de trabalho em 2000 (RAIS). Somente no segmento artesanal, estimativas apontam 8,5 milhões de pessoas envolvidas com a produção e comercialização. Trata-se então de um grande potencial de geração de emprego e renda que precisa ser fortalecido.

As Ações no âmbito deste Programa, *Estudos para a Promoção de Micro e Pequenas Empresas*, *Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas*, *Capacitação de Multiplicadores para Gestão de Micro e Pequenas Empresas* e *Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal*, estão voltadas para a geração de emprego e renda por meio da construção de barracões industriais para abrigar incubadoras de empresas, da realização de feiras para a comercialização de artesanato em várias regiões do país e da promoção de reuniões plenárias do Fórum Permanente de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, relançado em junho de 2003. Os trabalhos do Fórum contemplaram ações no sentido de: a) apoiar a promoção de tecnologia e inovação tecnológica; b) formar e capacitar empreendedores; c) promover as exportações e inserção internacional das microempresas e empresas de pequeno porte; d) aprimorar o marco legal das microempresas e empresas de pequeno porte e a racionalização burocrática; e, e) inserção das microempresas e empresas de pequeno porte no universo digital e gestão da informação.

Foram realizadas as 4ª e 5ª Reuniões Plenárias do Fórum, resultando no lançamento do Edital de Convocação para a participação de novas entidades representativas no mesmo e a assinatura de 12 Convênios com Entidades Parceiras, tais como, SEBRAE, BNDES, CAIXA, BrasilTelecom, Companhia Energética de Goiás, Companhia Energética do Maranhão, Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT/USP, Itautech-Philco S/A, entre outras.

O apoio ao segmento artesanal por meio da Ação *Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal* ocorreu pela comercialização dos produtos artesanais em 5 Feiras Nacionais, realizadas em Olinda, Belo Horizonte, Balneário de Camboriú/SC, São Paulo e Guarapari-ES, buscando a valorização do artesanato brasileiro e do seu trabalho. Em Palmas e Brasília, respectivamente, foram realizados o 7º e 8º Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais.

Além disso, no Projeto REDEAGENTES, um Curso de Capacitação para Exportação, com a participação de 20 representantes das Coordenações Estaduais do *Programa do Artesanato Brasileiro – PAB* e o lançamento do software *Aprendendo a Exportar – Artesanato*.

No âmbito da Ação *Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas* foi aprovada a construção de 15 Barracões Industriais para abrigar Incubadoras de Empresas, facilitando dessa forma a multiplicação da prática empreendedora em sua fase inicial, que compreende sua instalação física e a segurança necessária para planejamento de curto e médio prazos. Trata-se de uma política pública que propicia condições de mobilização em favor do crescimento, aproveitando a capacidade técnica empreendedora e criadora da sociedade.

Juntamente com o Programa *Comércio Eletrônico*, desenvolveu-se o projeto “Telecentros de Informação e Negócios” – TIN, que visa a inclusão digital das micro empresas e empresas de pequeno porte. A realização do projeto está baseada em parcerias, com a CNI, CNC, CONFEA, SEBRAE, UNESCO, Ministério das Comunicações, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Cultura, Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, Instituto da Tecnologia da Informação/PR, Banco do Brasil, CAIXA, BNDES, BASA, BNB, EMBRAPA, CODEVASF, CENDOTEC e ITAIPU Binacional, que prestam apoio tecnológico e financeiro.

O TIN é uma ferramenta de apoio e capacitação do empreendedor empresário, trabalhador e sociedade em geral. O MDIC, como proponente, por meio do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordena a implantação, acompanha a execução, seleciona as instituições participantes e estabelece os conteúdos que serão ofertados nos Telecentros. Instituições parceiras prestam apoio tecnológico e financeiro ao projeto, fornecendo equipamentos, doando softwares, oferecendo suporte técnico e material à instituição beneficiada com o Telecentro. À Instituição beneficiada cabe a administração e a operação do Telecentro. Tais Telecentros oferecem condições de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, em especial, à Internet. O empresário e a população em geral podem participar de programas de capacitação e treinamento, obter informações sobre temas como comércio exterior, empreendedorismo, comércio eletrônico, oportunidades de negócios, tecnologia e inovação, financiamento e créditos, etc. Neste sentido, cria oportunidade de negócios e trabalho que induzam ao crescimento na produção e geração de emprego e renda.

Durante o ano de 2003, foram instalados 26 TIN e a Rede de Telecentros de Informação e Negócios atingiu 28 unidades em operação espalhadas pelo Território Nacional. Foi inaugurado o Portal da Rede de Telecentros de Informação e Negócios que oferta conteúdos de interesse dos empresários e disponibiliza informações e serviços em meio digital.

O *Fundo de Garantia de Promoção da Competitividade – FGPC*, gerido pelo BNDES, tem por objetivo oferecer garantia para o risco das operações de financiamento realizadas, direta ou indiretamente – através de agentes financeiros, pelo BNDES e pela FINAME, quando voltadas para micro e pequenas empresas ou para médias empresas exportadoras ou fornecedoras de insumos utilizados em produtos exportados. Cabe ao BNDES a gestão de seus recursos, na busca contínua de seu maior objetivo, a competitividade do pequeno empreendedor, para assim contribuir no desenvolvimento do Brasil. Em 2003, com 803 milhões aprovados em operações, o Banco efetuou despesas com honra de aval da ordem de R\$ 30,9 milhões. Também durante o ano de 2003, foi implementada nova regulamentação quanto aos procedimentos operacionais do FGPC visando dar maior transparência e melhor acompanhamento de sua performance administrativa e financeira. A partir destas novas medidas aumentou a segurança operacional na gestão do Fundo.

O *Programa Micro, Pequena e Média Empresa – MPME*, gerido pelo BNDES, totalizou em 2003 um desembolso no apoio às MPME de R\$ 10.023 milhões, o que representa um crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Isto refletiu no acréscimo da participação relativa das Micro, Pequenas e Médias Empresas no total dos desembolsos do BNDES, que cresceu de 22% em 2002 para 28% em 2003. Foram realizadas mais de 96 mil operações, sendo mais de 90 mil com micro e pequenas empresas. O destaque principal é que esse crescimento ocorreu na demanda das pequenas empresas comerciais e industriais pelos produtos FINAME e BNDES Automático, e também em operações agrícolas. Destaque também para o incremento nas operações de Financiamento à Exportação das MPME, que cresceram em mais de 17% no ano de 2003.

As ações de financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas geridas pelo Banco do Brasil, totalizaram um desembolso de R\$ 2,002 bilhões (linhas para investimento) e R\$ 10,8 bilhões (linhas capital de giro). A ação de financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas gerida pela Caixa Econômica Federal totalizou um desembolso de R\$ 4,1 bilhões.



## Indústria

O Programa *Brasil Classe Mundial*, constitui-se de ações que visam atuar sobre a capacidade competitiva do Setor Produtivo brasileiro em busca da solução de problemas de cada cadeia produtiva, configurando uma política de desenvolvimento da produção, baseada nos objetivos de geração de emprego, ocupação e renda, desenvolvimento produtivo regional, capacitação tecnológica - alavancando a qualidade, a produtividade e a inovação, aumento das exportações, competição com as importações, e competição com serviços internacionais. Seu público alvo é, *lato sensu*, o setor produtivo brasileiro, e *stricto sensu*, as cadeias produtivas trabalhadas.

No decorrer de 2003 foram instalados oito novos Fóruns de Competitividade – Indústria Aeroespacial; Farmacêutico; Siderurgia; Automotiva; Bens de Capital; Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; e Indústria Agroquímica e Defensivos Agrícolas, além da instalação do Fórum de Madeira e Móveis no âmbito do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – e ainda reinstalados outros 6 – Construção Civil; Têxtil e de Confeções; Plástico; Complexo Eletrônico; Madeira e Móveis; Couro e Calçados.

Os trabalhos foram desenvolvidos com base nos seguintes focos: *geração de emprego, ocupação e renda*, visando o fortalecimento do mercado interno e a conseqüente melhoria de distribuição de renda; *desenvolvimento produtivo regional*, visando a redução dos atuais desequilíbrios econômicos e sociais entre as regiões do Brasil; *capacitação tecnológica*, alavancando a qualidade, a produtividade e a inovação; *aumento das exportações*, visando a expansão das fronteiras comerciais e à geração de trabalho no mercado interno; *competição com as importações*, ampliando a presença do produto brasileiro no mercado – hoje atendido pelo produto estrangeiro; e *competição com serviços internacionais* visando ampliar a oferta de serviços nacionais, ocupando mercado hoje atendido por serviços internacionais.

Um ponto central do Programa foi o estabelecimento de diagnóstico conjunto com o setor produtivo e governo em torno de metas e ações a serem definidas para elevar a competitividade internacional das empresas, produtos e serviços, a fim de atingir os macro-objetivos de geração de emprego, incremento das exportações, competição com as importações e desconcentração regional da produção. Buscou-se uma nova orientação para implementar uma maior participação dos trabalhadores no debate em busca do aumento a competitividade da economia brasileira.

Na perseguição desses macro-objetivos, o programa lança mão das ações: *Estudos para Identificação de Oportunidades de Investimentos Produtivos para o Desenvolvimento Regional*, *Estudos para Identificação dos Entraves ao Reposicionamento Competitivo de cada Cadeia Produtiva nas Áreas Industrial e de Comércio e Serviços*, *Estímulo ao Revigoreamento do Conselho Nacional de Secretários de Indústria e Comércio dos Estados*, *Criação e Promoção da Marca Brasil*, *Instalação de Fóruns de Competitividade por Cadeia Produtiva e Planos de Ação por Cadeia Produtiva* envolvendo compromissos do setor público e privado e metas de desempenho setorial.

Os Fóruns de Competitividade fazem parte do grupo SGT-7/Indústria do Mercosul e, portanto, suas ações extrapolam a idéia de atuar apenas localmente. Nesse sentido, foi instalado o “Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis”, em 31 de março de 2003, em Assunción/Paraguai.

Com o objetivo de estabelecer as bases gerais de cooperação técnica e operacional visando à criação de um ambiente propício para a atração de investimentos no âmbito do Protocolo de Kioto, mediante prosseguimento de estudo de criação e regulamentação do mercado de créditos de carbono no Brasil, foi realizado um contrato entre o MDIC e a Fundação Getúlio Vargas. Cabe ressaltar que, segundo a Agenda 21 Global, da qual o Brasil é signatário, o comércio, a indústria e os serviços devem reconhecer o manejo do meio ambiente como uma das mais altas prioridades das empresas e fator determinante e essencial do desenvolvimento sustentável.

A fim de estimular o revigoreamento do Conselho Nacional de Secretários de Indústria e Comércio dos Estados foi realizada Reunião Plenária do Conselho, no dia 18 de setembro de 2003, na qual foram definidas as demandas e diretrizes para subsidiar a definição e política de desenvolvimento nacional e regional. Essas demandas e diretrizes foram aglutinadas em 10 Propostas de Ação, a saber: Infra-estrutura; Financiamento e Investimento; Setores, Cadeias Produtivas, Competitividade e Agregação de Valor; Reforma Tributária; Tecnologia e Informação; Turismo; Arranjos Produtivos Locais – APL's e Desenvolvimento Regional; Integração América-Mercosul; Registro Mercantil-Comercial; e Exportação. Com base nessas demandas e diretrizes podem-se desdobrar medidas conjuntas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais no que tange a: Desenvolvimento Produtivo Regional e

Local; Geração de Emprego e Renda e Inclusão Social; Desoneração da Produção; Aumento das Exportações; Substituição Competitiva das Importações; Atração de Investimentos; Integração Regional; Agregação de Valor; e Desenvolvimento e Arranjos Produtivos Locais – APL's;

Também, a fim de elaborar a Proposta de Política Industrial para a Cadeia Produtiva da Construção Civil o MDIC firmou Convênio com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP objetivando a realização de Diagnósticos, Gargalos e Oportunidades de forma a delinear Diretrizes e Ações que deverão orientar a Estratégia de Governo e o Setor Produtivo.

Na Ação *Criação e Promoção da Marca Brasil* desenvolveram-se trabalhos no sentido da realização de concursos para seleção de produtos brasileiros, portadores de imagem de competitividade e avanço tecnológico, para ostentar a Marca Brasil em eventos internacionais servindo de referência e exemplo no mercado interno. Destaca-se o Projeto *Brasil Premium* que tem como objetivo destacar produtos brasileiros com nível de competitividade internacional, que atendam aos requisitos de qualidade adotados pelos principais mercados consumidores, reconhecendo e, ao mesmo tempo, divulgando no exterior a qualidade dos produtos industrializados nacionais. Esse projeto atua em parceria com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil – APEX/Brasil, e é executado com o apoio técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo – IPT/USP. Durante todo o ano de 2003 o Projeto *Brasil Premium* passou por um processo de transformações e reformulações para atender e se adequar à nova política governamental. Em 09 de junho de 2003, em São Paulo – SP, aconteceu a Premiação do Ciclo de 2003 (10 Produtos).

No âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, no Programa *BRASIL CLASSE MUNDIAL*, aplicou-se até 31.12.2003, R\$ 330 milhões, sendo que, R\$ 80 milhões foram relativos ao financiamento de projetos e pesquisas da FINEP.

O Programa *DESIGN BRASIL* vem desenvolvendo-se em consonância com os Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas e o Programa de Qualidade, visando o aumento das exportações e o fortalecimento da *Marca Brasil* no mercado externo. Surgiu como resposta à demanda identificada junto à indústria por um produto nacional mais competitivo, que traduzisse os investimentos em qualidade claramente feitos pela indústria nacional e não reconhecidos pelo mercado interno e externo. O *design* apresenta-se como ferramenta fundamental para a diferenciação do produto, agregando-lhe valor, qualidade e reduzindo o seu custo produtivo. No entanto, a inserção do *design* passa, invariavelmente, pela aculturação da sociedade brasileira, tanto do lado da produção quanto do consumo. Dessa forma, as ações e os recursos investidos pelo programa focam a conscientização, mobilização, realização de estudos e pesquisas, capacitação técnica e gerencial dos recursos humanos, divulgação/intercâmbio de informações, promoção da produção inovadora, modernização tecnológica, disponibilização de infra-estrutura e outras atividades descentralizadas nas diversas regiões do País, respeitando suas diferenças.

Na Ação *Fomento à Capacitação Tecnológica em Design de Setores Industriais* foram finalizados os trabalhos nas Oficinas de Design realizadas em 15 Pólos Industriais e nos Workshops de sensibilização de tendências de Design realizados em 50 Pólos Industriais. Foi celebrado Convênio entre o MDIC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, para a realização do Projeto Oficinas de Design II, para implementação em 20 Arranjos Produtivos Locais – APL's localizados em todas as Regiões do Brasil, em 4 Setores (Calçados, Confecções, Transformados Plásticos e Moveleiro). Essa ação resultou principalmente no aumento da capacidade competitiva de 150 empresas nacionais localizadas em 15 Pólos Produtivos mediante a adoção da Gestão do Design, contribuindo para a expansão das vendas internas com manutenção e geração de novos empregos nos Pólos atendidos.

Também resultou no aumento da conscientização e envolvimento de empresários e trabalhadores sobre a importância do *Design* e suas tendências de mercado mediante realização dos Workshops de tendências em Design que contaram com a participação de mais de 5.000 participantes.

Na Ação *Desenvolvimento e Promoção do Design de Produtos da Amazônia Ocidental e do Amapá*, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA celebrou Convênio com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade econômica das comunidades indígenas do Estado do Amazonas por meio da realização de Oficinas de Artesanato nas tribos indígenas com utilização restrita dos recursos naturais como fibras, sementes, madeiras, cipós e palhas, sem agressão ao meio ambiente. A primeira Oficina, com a duração de 45 dias e a participação de 20 indígenas, realizou-se nas tribos MURA, SATERÉ-MAUÉ e HIXKARIANO – PÓLO DE MAUÉS. A segunda Oficina, com a duração de 90 dias e a participação de 20 indígenas, realizou-se nas tribos TICUNA, MARUBU e MATIS MAYURUNA.

O Programa *Gestão Das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços* visa apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas nas áreas da indústria, comércio e serviços. Tendo em vista o novo modelo econômico em consolidação no País e, ainda, o novo contexto em que nossa economia deve funcionar, a política industrial, tecnológica e de comércio exterior deve ter nova forma e novo conteúdo. De fato, comparativamente ao período em que prevaleceram as antigas políticas industriais, de comércio e serviços há vários elementos substantivamente diferentes no panorama econômico atual: *a maior complexidade e o grande dinamismo das estruturas econômicas; o menor grau de liberdade dos governos nacionais, em função dos acordos regionais de comércio e das regras da Organização Mundial do Comércio; a menor disponibilidade de recursos fiscais para alimentar políticas de incentivo, e o avanço da democracia com o conseqüente aumento do nível de participação da sociedade, dentre outros.*

Na Ação *Estudos na Área de Tecnologia Industrial*, foram promovidos estudos de inteligência em questões específicas, notadamente: Semicondutores e Biodiesel; Preparação das Posições Técnicas sobre Barreiras Técnicas e Propriedade Intelectual nas Negociações Internacionais (OMC, MERCOSUL, ALCA e Bilaterais – MERCOSUL/UE, MERCOSUL/EUA, MERCOSUL/Pacto Andino, ALADI e etc.); Preparação, em conjunto com o INMETRO e MCT de Estudos para subsidiar a posição brasileira na III Revisão Trienal do Acordo de Barreiras Técnicas; Análise das Propostas Legislativas (PEC's, PL's, MP's, etc.) em todos os campos da Propriedade Intelectual; Realização de Estudos para subsidiar a posição brasileira na Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI e no Conselho de TRIPS da OMC; Registro sistemático em Base de Dados da cronologia do desenvolvimento industrial brasileiro e das entidades associativas de interesse industrial; Trabalhos de organização do Fórum Anual de Discussão sobre Amazônia, inicialmente previsto para 2003, que visa refletir sobre temas relevantes para a Região; e Intercâmbio de experiências tecnológicas entre Institutos de Pesquisa/Universidade e Ensino.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Autarquia vinculada ao Ministério é o órgão responsável pela execução do Programa *Propriedade Intelectual*, que tem como objetivo principal garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, considerando seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País. Com base nos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, o Programa Propriedade Intelectual desenvolveu as seguintes ações finalísticas: *Exame de Pedidos de Patentes e de Registros de Desenho Industrial; Exame de Pedidos de Marcas e de Indicações Geográficas; Registro de Programa de Computador; Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e Disseminação de Informações Tecnológicas.* Os resultados alcançados pelas ações finalísticas *Exame de Pedidos de Patentes e de Registros de Desenho Industrial e Exame de Pedidos de Marcas e de Indicações Geográficas* superaram as metas físicas do PPA para 2003. Como resultado, foram decididos 30.248 pedidos de patentes e desenhos industriais (201,65 %) e 84.301 pedidos de marcas e indicações geográficas (112,40 %).

As ações de *Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Registro de Programa de Computador* tiveram como resultado em 2003 o registro de 782 programas de computador e 1.672 contratos de transferência de tecnologias averbados.

O Programa *Metrologia e Qualidade Industrial*, gerenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Executiva vinculada ao MDIC, foi delineado num quadro sócio-econômico que apresenta as seguintes características: consumidores cada vez mais exigentes e conscientes de seus direitos, exercendo o papel de indutores do processo de melhoria da qualidade; fortalecimento e diversificação de uma rede de instituições voltadas para educação e proteção do consumidor; inserção do país em um mundo cada vez mais globalizado, onde o controle sobre produtos importados (no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança) deve ser fortalecido; acirramento da concorrência interna; fortalecimento do Estado regulador; e aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros, cuja exportação necessita ser apoiada.

É importante destacar que a instituição tem mantido parcerias fundamentais para o reconhecimento internacional do sistema metrológico brasileiro, permitindo uma maior inserção do País nos mercados internacionais estratégicos, com institutos congêneres dos países mais adiantados, como o BIPM – Bureau Internacional de Pesos e Medidas, sediado em Sèvres, na França – instituição articuladora de Metrologia no Mundo, OIML – Organização Internacional de Metrologia Legal, sediada na França, PTB – Physikalisch-Technische Bundesanstalt, da Alemanha, NIST – National Institute of Standards and Technology dos Estados Unidos da América, INTI - Instituto Nacional de Tecnologia Industrial da Argentina, BNM/INM – Instituto Nacional de Metrologia da França e o NPL – National Physical Laboratory da Inglaterra - IAF (International Accreditation Forum), ILAC (International Laboratory

Accreditation Cooperation), EA (European Cooperation for Accreditation) e o BAM - *Bundesanstalt für Materialforschung und -prüfung* (BAM).

Merece destaque a realização do acordo que disponibilizou os serviços do Ponto Focal aos países do Mercosul. Entre os serviços oferecidos, foi ofertado o sistema *Alerta Exportador!* - uma ferramenta eletrônica (disponível na web), por meio da qual o empresário, pequeno, médio ou grande, recebe gratuitamente as notificações encaminhadas à OMC, por países importadores, sobre regulamentos técnicos e exigências a respeito de produtos a serem exportados por empresas nacionais. Trata-se de projeto inédito que recebeu inúmeros elogios da OECD e da própria OMC, tido como referência internacional de assistência às pequenas e médias empresas, no sentido de elevar exportações e superar barreiras técnicas. É importante destacar que o Ponto Focal foi um dos vencedores do 8º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública, no ano de 2003.

Outra ação relevante, em 2003, foi a realização, a reprodução, a manutenção, comparações-chave e a disseminação das unidades de medidas do Sistema Internacional (SI), bem como pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Entre os principais resultados alcançados em 2003, valem salientar: a inauguração do Laboratório de Metrologia de Materiais do INMETRO; a realização do Seminário Escola Avançada de Metrologia em Química, no INMETRO, em Xerém, RJ, reunindo renomados cientistas e especialistas, nacionais e internacionais, nas diferentes áreas de Química. Esse evento teve como objetivo, principalmente, aprofundar o conhecimento, discutir o estado-da-arte, estimular o intercâmbio pessoal, a formação e consolidação de parcerias, bem como estabelecer um fórum de discussões sobre os novos rumos da Metrologia Química, no país, uma área que é a base para a qualidade e produtividade nacional.

A Certificação de Sistemas de Gestão Florestal (CERFLOR) foi ampliada com a certificação do primeiro projeto de exploração florestal. Desenvolvido em parceria com a ABNT, Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), objetiva evidenciar produtos de origem vegetal (papel, celulose, móveis etc.) provenientes de florestas racionalmente exploradas, permitindo, um desenvolvimento sustentável desse segmento industrial e combatendo as barreiras técnicas às exportações.

No ano de 2003, o Programa de Gás Natural Veicular (GNV) que propicia um adequado grau de confiança quanto ao uso de sistemas de GNV, instalados em veículos automotores foi aperfeiçoado. O aumento da participação de GNV na matriz energética é uma diretriz do Governo Federal, sendo a certificação de cilindros e componentes um fator de aumento da atratividade de utilização desse combustível. O Programa já contemplou a utilização de gás natural em cerca de 700.000 veículos.

Com a finalidade de dar garantia ao consumidor quanto às informações declaradas no produto, foi uniformizado o regulamento no âmbito do Mercosul do Programa Têxtil, dispondo sobre a utilização de fibras, tecidos e confecções. Outra realização importante foi a ampliação do Programa Integrado de Frutas (PIF) – desenvolvido em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que objetiva garantir a disponibilização de frutas saudáveis na mesa do consumidor, sendo fundamental para viabilização de aumentos significativos de exportação de frutas. O primeiro processo produtivo certificado foi o da maçã e hoje o Programa já contempla, também a produção de uva, manga e mamão papaia.

Ademais, a Avaliação da Conformidade da Cesta de Alimentos foi efetivamente implementada em 2003. Até a presente data, 70 (setenta) empresas obtiveram a certificação, junto aos organismos designados, representando aproximadamente 7% (sete por cento) do mercado. Para utilizar a marca de conformidade do INMETRO, os produtores têm que qualificar os fornecedores de cada item que compõem a cesta. Além disso, devem cumprir os requisitos de higiene e instalações físicas adequadas para montagem, acondicionamento e embalagem dos produtos, a fim de provar sua conformidade com o que foi estabelecido em lei. Em adição, foi realizado o Programa Pintando a Liberdade, visando o controle da qualidade da matéria prima utilizada na fabricação de materiais esportivos. Os produtos contemplados nesse Programa, desenvolvidos pelo Ministério do Esporte e Turismo, são fabricados em presídios e distribuídos, gratuitamente, nas escolas estaduais e municipais, em projetos sociais que envolvam menores carentes; e têm como finalidade ensinar aos presos um novo ofício e suprir a carência de materiais esportivos nas escolas públicas.

Na Ação *Controle Metrológico* a principal realização foi a consolidação da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ), com a implantação dos Institutos de Pesos e Medidas (IPEM), em todos os Estados da Federação. Os IPEM são os “braços” estaduais do INMETRO na fiscalização (com poder de polícia) de produtos pré-medidos, instrumentos de medição e produtos de certificação compulsória. Essa ação contribui para a concorrência justa e proteção ao consumidor.

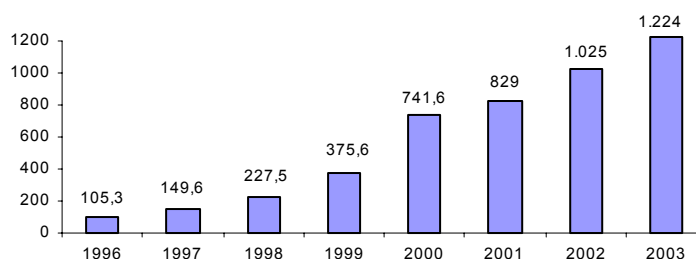
## Desenvolvimento Regional

A Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA tem como paradigma central ser uma agência padrão de excelência na indução do desenvolvimento sustentável, reconhecida no país e no exterior. Para atender a esse objetivo, a SUFRAMA elegeu como área de atuação prioritária as áreas estratégicas de tecnologia & inovação, de atração de investimentos, de inserção internacional, de desenvolvimento sustentável, de logística e de desenvolvimento institucional com o propósito de fortalecer o Modelo Zona Franca e intensificar ações de interiorização do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, como forma de geração de emprego e renda e melhor distribuição de oportunidades, dando maior visibilidade às condições de sustentabilidade, mediante consolidação de sistemas de C&T&I locais e regional associados ao incentivo à exportação e à criação de empresas de base tecnológica.

O Programa *Pólo Industrial de Manaus* visa o fortalecimento da estrutura do Pólo Industrial de Manaus pelo adensamento, de forma competitiva, da sua cadeia de produção. As proposições do Programa são orientadas para contribuir de maneira eficaz para o desenvolvimento sustentável por intermédio da identificação e divulgação de oportunidades de investimentos; da atração de investidores nacionais e estrangeiros e do apoio ao empreendedorismo local; da identificação e estímulo a investimentos em infra-estrutura pelos setores público e privado; em formação de capital intelectual e em ciência, tecnologia e inovação pelos setores público e privado; da consolidação do Pólo Industrial de Manaus - PIM; da busca do superávit da balança comercial em sua área de atuação; do incremento das atividades agrícolas, florestais e agroindustriais; do fortalecimento das atividades do comércio de mercadorias estrangeiras, nacionais e regionais e da contribuição para o aprimoramento da prestação de serviços relacionados às atividades econômicas de sua área de atuação.

No ano de 2003, o desempenho do Pólo Industrial de Manaus foi extremamente positivo. As exportações atingiram de janeiro a dezembro o volume de US\$ 1.224 milhões, correspondendo a 19,42% maior do que o mesmo período em 2002. Comparativamente ao ano de 2000, início do Plano Plurianual - PPA 2000/2003, cujo volume de exportação foi de US\$ 741,6 milhões o incremento é da ordem de 65,17% correspondendo a US\$ 483,3 milhões.

### PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES - 2003 em US\$ milhões - FOB



Fonte: SUFRAMA

O faturamento de janeiro a dezembro alcançou US\$ 10,53 bilhões, com incremento de 15,64% . O índice de adensamento da cadeia produtiva do Pólo Industrial de Manaus foi de 29,25%, representando um acréscimo de 4,25% em relação à meta estabelecida pela Suframa para 2003. Tais resultados propiciaram a expansão de 60.135 para 66.456 empregos diretos, um aumento de 10,51%, além de 250.000 empregos indiretos e foram fruto do esforço institucional para estimular os negócios no Pólo Industrial de Manaus implementados através de políticas e mecanismos específicos, tais como: seminários de divulgação das potencialidades e dos produtos do Pólo Industrial de Manaus - PIM, participação em missões empresariais, acompanhamento e participação em missões internacionais no âmbito do MERCOSUL e da Comunidade Andina, visando resguardar os interesses do modelo da Zona Franca de Manaus - ZFM.

No âmbito das ações do programa, destaca-se a *Aprovação de Projetos Industriais com Incentivos Fiscais* que visa a realização de rotinas operacionais vinculadas ao cumprimento do Processo Produtivo Básico – PPB foram fixados 55 novos PPB (Processo Produtivo Básico) ampliando, dessa forma, a possibilidade de geração

de novos postos de trabalho mediante a aprovação de novos projetos no Pólo Industrial de Manaus. Os novos empreendimentos aprovados em 2003, com benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus foram resultado das cinco Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração da Suframa, onde foram aprovados 51 projetos industriais e de serviços de implantação e 153 projetos industriais e de serviços de Ampliação/Diversificação/Atualização. Quanto a esses projetos, estima-se que os de implantação propiciarão a geração de 2.436 novos empregos diretos, investimentos fixos equivalentes a US\$ 126,7 milhões e investimentos totais de US\$ 265,0 milhões. E que os de ampliação/diversificação/atualização garantirão a manutenção de 11.823 empregos diretos, investimentos fixos da ordem de US\$ 525,8 milhões e investimentos totais de US\$ 1.748,1 milhões.

Na ação *Edição e Distribuição de Informações e Publicações sobre Oportunidades de Investimento no Pólo Industrial de Manaus* foram executadas: a produção de folheterias, vídeos, CD-ROM, press release, informativos eletrônicos. Em 2003 foram publicados 54.005 exemplares distribuídos nos seguintes produtos: Produção de folheteria-folder (trilingue), Produção de folheteria-livretes (português); e Produção de material eletrônico.

No âmbito do Programa *Problema da Amazônia*, o MDIC, os Ministérios do Meio Ambiente - MMA, e da Ciência e Tecnologia - MCT definiram o modelo de gestão a ser implantado no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA. Além disso, no exercício de 2003, foram celebrados dois convênios com a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões UNISOL, respectivamente, no valor de R\$ 3.500.000,00, para aquisição de equipamentos científicos nacionais e importados para apoiar a pesquisa na área de biotecnologia na Amazônia, e no valor total de R\$ 7.900.000,00 para aquisição de equipamentos para pesquisa e planta de processos industriais, para pequenas obras de reforma e instalação e aquisição de computadores, bancadas, acessórios e mobiliário para laboratório e aquisição de materiais de consumo para atividades dos laboratórios.

O *Centro Logístico Avançado de Distribuição - CLAD* foi uma iniciativa conjunta do Governo do Estado do Amazonas e da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, que conta com a parceria do Condado de Broward, na cidade de Hollywood/Florida (EUA) e o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), sendo este último, órgão executor do projeto.

Tem por objetivo proporcionar maior competitividade aos produtos exportados pelo Pólo Industrial de Manaus - PIM e Amazônia Ocidental, por ser uma das ações desenvolvidas pela SUFRAMA, que contribuirá para atingir a meta incremento de 25% das exportações do PIM e diversificar a base da pauta de exportação de produtos e empresas. O Armazém Alfandegado tem por objetivo ser um Centro de Distribuição dos produtos procedentes do Pólo Industrial de Manaus (através das malhas de modais disponíveis porto/ aeroporto/ rodovias e ferrovias), para atender diversos mercados (americanos, caribenhos, mexicanos, etc.) e ser um Centro de Consolidação dos Insumos destinados ao Amazonas, otimizando embarques e dessa forma contribuir para a redução da conta de frete internacional no Balanço de Pagamento. O *Showroom* Permanente tem por objetivos expor, promover e captar importadores para os produtos produzidos, principalmente pelas pequenas e médias empresas, localizadas na Amazônia Ocidental e propiciar um Posto Avançado que facilitará a interlocução com potenciais investidores e empresários americanos.

No Programa *Desenvolvimento dos Eixos da Amazônia*, na Ação *Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social na Amazônia Ocidental*, no ano de 2003, foram celebrados 45 Convênios que após executados e implantados deverão proporcionar a geração de 1.756 empregos diretos, 12.880 indiretos e benefício a 56.483 famílias. Além disso, na Ação *Implantação de Infra-estrutura Básica do projeto Piloto de Colonização em Grupo no Distrito Agropecuário de Manaus* ocorreu a execução de projeto de expansão e melhoria na rede de distribuição de energia elétrica na área de extensão do Distrito Agropecuário e adjacências.